

Centro Agrícola de Vargem Alegre:
institucionalização agrônômica e modernização agrícola
no Estado do Rio de Janeiro (1896–1900)

Álvaro Mendes Ferreira

Resumo

Na década de 1890, o Estado do Rio de Janeiro promoveu vários projetos modernizantes de feição técnico-científico. Para atender a zonas agroecológicas diversas, previu-se a criação de três centros agrícolas, complexo de pesquisa e educação associadas à colonização. Apenas um dos centros agrícolas foi criado, o de Vargem Alegre, e sua existência foi breve. A partir de fontes impressas e arquivísticas, tentamos entender não só as causas do fracasso dessa institucionalização do saber agrônômico, mas também qual projeto técnico se pôde desenhar em tão curto tempo. Concluimos, por um lado, pela impossibilidade de políticas agrícolas contrárias à hegemonia paulista nos primeiros anos da República Velha mesmo quando patrocinadas por frações das elites agrárias regionais. Por outro lado, a proposta, sem atacar frontalmente a concentração fundiária, percebia os danos causados pela monocultura cafeeira e propunha maior integração com a pecuária, donde ênfase na produção de forrageiras e emprego de adubos.

Palavras-Chave: Agronomia; Vale do Paraíba; forrageiras.

Vargem Alegre Agricultural Experiment Station:
agronomy institutionalization and farming modernization in the
state of Rio de Janeiro (1896–1900)

Abstract

Amid the economic crisis in the 1890s, the State of Rio de Janeiro bankrolled several modernization projects, including plans for three agricultural experiment stations meant to supersede the plantation model. The stations were conceived as a scientific

complex that encompassed research and education closely linked to rural settlement schemes. However, only one of the agricultural stations was actually established in Vargem Alegre, a coffee-farming district, and it operated only briefly. Drawing on printed and archival sources, this paper seeks the causes of the failure to institutionalize agronomic knowledge and the technical guidelines that nonetheless emerged. We conclude that, in the early republican years, it was virtually impossible to implement agricultural policies challenging São Paulo's hegemony, even when they were sponsored by regional elites from other states. Although the agronomic guidelines did not directly address land concentration, they recognized the environmental degradation caused by decades of unchecked coffee cultivation and advocated mixed farming, fodder crops and fertilizers.

Keywords: Agronomy; Vale do Paraíba; fodder.

Texto integral

Introdução

Em 1896, o Governo do Estado do Rio inaugurou em Barra do Piraí, município do Vale do Paraíba, o Centro Agrícola de Vargem Alegre, a primeira etapa dum ambicioso projeto de modernização da agricultura fluminense, que reconhecia os danos econômicos e ambientais causados pela cafeicultura escravista. O programa do Centro Agrícola abarcava estação agronômica, fazenda-modelo, posto zootécnico e escola prática de agricultura. Para difundir o projeto educacional e científico entre os pequenos lavradores, o Centro Agrícola foi criado simultaneamente ao Núcleo Colonial de Vargem Alegre, que lhe era contíguo. Contudo, já em 1900, o Centro Agrícola estava inoperante. A partir de 1905, o terreno abrigaria uma colônia de alienados.

A breve trajetória do Centro Agrícola de Vargem Alegre acabou refletida em pobreza documental e em escassa menção na historiografia, inclusive na especializada

sobre agronomia (MALAVOLTA, 1981). Autores que tratam dos primórdios do ensino agrônomo e rural no Brasil, mesmo quando enfatizam sua novidade na primeira década republicana, passam ao largo do Centro (p. ex., MENDONÇA, 1998, 2007; OLIVER, 2009).

Tanto o fracasso quanto a brevidade do Centro Agrícola não lhe anulam como objeto de estudo. Inserido em contexto mais largo, o fracasso tríplice — experimentação, educação e colonização — entreabre perspectivas sobre os limites da política agrária fluminense da primeira década republicana. Tais limites também esclarecem a margem de ação para as elites rurais mais ou menos periféricas na configuração de forças da República Velha, hegemonizada pelos cafeicultores paulistas. Por fim, o estudo colabora com uma história da burocracia fluminense, ainda bem lacunar.

Nossa hipótese principal é que o Centro respondia a um programa de diversificação agrícola para superar a crise de hegemonia vivida pelas elites monocultoras fluminenses, sobretudo as cafeicultoras. Essa hipótese não é original e pretende apenas corroborar historiadores como Sônia Regina de Mendonça (MENDONÇA, 1997). Uma hipótese secundária é que, em função das suas particularidades, foi no Estado do Rio que se percebeu, com urgência, que o dano ambiental causado pela cafeicultura exigia solução técnico-científica e certa intervenção estatal. Essa hipótese deriva de autores como Richard H. Grove e José Augusto Pádua que apontam certo pioneirismo dum pensamento ambiental nos biomas tropicais impactados pela monocultura (GROVE, 1995; PÁDUA, 2002, pp. 10–12, 29–0). A hipótese terciária é que, embora presentes as condições para a percepção do problema agroecológico e mesmo para certa institucionalização técnico-científica, faltavam as condições materiais para medidas efetivas.

A primeira seção deste artigo discute o contexto em que se deu a criação do Centro e seu percurso institucional em linhas grosseiras. A segunda tenta esboçar o projeto agrônomo que pôde emergir em tão curta existência. A terceira discute a

degradação edáfica causada pela cafeicultura e a perspectiva de regeneração das terras exaustas a partir da adubação e estrumação.

O grosso da documentação conserva-se no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) e, em grande medida, constitui-se de ofícios encaminhados à Secretaria de Obras Públicas e Indústria, à qual se subordinava o Centro. Embora esses ofícios permitam certo vislumbre — sobretudo quando acompanhados por anexos como requerimentos, cartas dos colonos, plantas, inventários, orçamentos, folhas de pagamento, etc. —, o sumiço do arquivo institucional dificulta, senão inviabiliza, a compreensão do dia-a-dia no Centro Agrícola. Entre os documentos desaparecidos, por exemplo, está um livro-razão. Fontes particularmente ricas, porém, já elaboradas são os relatórios apresentados pelos diretores, pelos assistentes técnicos, secretários de governo e presidentes estaduais bem como as informações do *Almanaque Agrícola Fluminense*, obra de divulgação editada pelo próprio Centro. A elas podemos acrescentar a legislação e as notícias na imprensa. O estudo do Centro Agrícola de Vargem Alegre pode ser complementado pelas fontes, também escassas, referentes à Estação Agronômica de Paraíba do Sul, inaugurada em 1893. Distantes entre si meros cem quilômetros, ambas as instituições convergem funcional, temporal e espacialmente. Ademais houve migração de funcionários da Estação Agronômica ao Centro Agrícola e, ao longo de 1897, mesmo subordinação e enfim incorporação de patrimônio duma instituição à outra.

Neste artigo, a referência aos diversos relatórios é discriminada por autor. Tais relatórios encontram-se elencados como subseções na bibliografia. O artifício se justifica pelo fato de os relatórios particulares amiúde se publicarem como separatas, sem manter, portanto, paginação contínua com os demais.

O projeto de modernização fluminense e a criação do Centro Agrícola de Vargem Alegre

Com o desmonte do escravismo, a crise na cafeicultura fluminense se anunciou, pelo menos, desde 1881. Em 1887, a safra sequer cobriu os custos de produção (PROVÍNCIA, 1887, p. 6). Entre as décadas de 1880 e 1890, a queda na produção exportável atingiu vertiginosos 58%. A partir daí até década de 1920, o patamar pouco se alterará (VIEIRA, 2001, 133; CANO, 1985, p. 295). No Vale do Paraíba, percebem-se já os primeiros movimentos de reconversão à pecuária extensiva, que caracterizará a região até hoje (SILVA JÚNIOR, 1886, pp. 185-188). A crise da monocultura estendia-se ao segundo produto da pauta agroexportadora, a cana, que começava a sofrer concorrência do açúcar de beterraba argentino e alemão. Além do aspecto fiscal, as elites do Estado do Rio ressentiam a perda de prestígio que tiveram como a principal província durante o Império.

Na tentativa de romper a crise, durante a década de 1890 o Governo fluminense promoveu diversos projetos que deveriam diversificar a economia e a tributação. Sob influência positivista, muitos dos projetos presumiam reformar a administração e a sociedade a partir da aplicação de saberes técnico-científicos: a Comissão da Carta Corográfica faria o primeiro levantamento cartográfico baseado em trabalhos de campo e métodos trigonométricos identificando-se terras devolutas, solos, jazidas e vazões fluviais; seriam distribuídas nove estações meteorológicas pelo Estado; a Comissão de Saneamento da Baixada elaborou estudos para drenar as zonas pantanosas; inventariaram-se fazendas a se desapropriar para instalação de núcleos coloniais. No conjunto, os projetos pretendiam obter maiores conhecimentos sobre o território estadual e aplicar políticas menos pontuais. Invariavelmente essas tentativas fracassaram, sobretudo por falta de recursos financeiros e humanos. Na maioria dos casos, duraram não mais que cinco anos e, aparentemente, não fundamentaram iniciativas posteriores (FERREIRA, 2022).

É nesse contexto reformista que, em fins de 1895, se promulgou a Lei N.º 260 para a implantação sucessiva de três centros agrícolas pelo Estado do Rio de Janeiro (ESTADO, 1896, pp. 134–137). Sob a rubrica de “centro agrícola” se abarcava a)

pesquisa científica (estação agrônômica); b) divulgação técnica e distribuição de insumos (fazenda-modelo e posto zootécnico); e c) educação profissional (escola prática, de natureza secundária). Num só espaço se condensavam assim várias instituições agrícolas ainda bastante raras no cenário brasileiro conquanto já se viessem generalizando pela Europa e pelos Estados Unidos desde meados do século XIX (ROSSITER, 1975; JONES, 2019). A fim de abranger os diferentes perfis sócio-agroecológicos fluminenses, a implantação dos centros se faria na zona cafeeira vale-paraibana, na baixada açucareira de Campos dos Goitacases e nas “terras frias” da Região Serrana. O relatório do Executivo fluminense de 1896 explicita que os centros agrícolas, junto a outras iniciativas, visavam à “transformação gradual e progressiva da monocultura extensiva em policultura intensiva” (ABREU, 1896, p. 31). Os centros agrícolas expandiam uma experiência recente de institucionalização do saber agrotécnico, também situada no Vale do Paraíba, a Estação Agrônômica de Paraíba do Sul, inaugurada em 1893 pela administração estadual.

A passagem da teoria à prática foi rápida. Em março de 1896, o Decreto N.º 261 elaborou regulamentos para os centros agrícolas e, em julho, o Estado comprou por 161 contos de réis cerca de 1.400 hectares da Fazenda Vargem Alegre, pertencente a um descendente do Barão de Vargem Alegre (Cartório do 2º Ofício da Comarca de Barra de Piraí, lv. 3º, fls. 131, N.º 283, 25/02/1899; cf. plantas no APERJ, PE.SAO.DA.NC.27.06.03; THIRÉ, 1897). A fazenda foi fragmentada entre o Núcleo Colonial e o Centro Agrícola, cabendo 480 hectares a este. O Núcleo Colonial, por sua vez, foi dividido em lotes urbanos e rurais, estes de 20 hectares, a serem vendidos a imigrantes e brasileiros.

À primeira vista, o programa reformista poderia parecer focado na agricultura familiar. De fato, durante a década de 1890, muito se pensou nesse sentido. Esperava-se introduzir, a curto prazo, cem mil imigrantes europeus, nada menos que 10% da população estadual (Lei N.º 276 de 05/02/1896 — ESTADO, 1896, pp. 25–28). Cada município teria um núcleo colonial. Dos três núcleos coloniais criados durante a

década, dois¹ se situavam nas proximidades das novas estações agrônômicas, com a explícita perspectiva de difundir técnicas e insumos aos pequenos lavradores. Estudos de melhoramento e aclimação de cultivos como batata, milho e vinha ampliariam o leque do lavrador de mantimentos e atrairiam o imigrante ibérico e italiano (CENTRO, 1898, p. 70).

Contudo, tanto a redação da Lei N.º 260 quanto a implantação do primeiro e único centro agrícola em Barra do Piraí realçam a importância dos interesses da cafeicultura como cerne do projeto modernizante. Embora se almejasse a policultura, não seria a Região Serrana a primeira contemplada; pelo contrário, pela ordem da redação da Lei N.º 260, seria a última. Caberia estimular, primeiro, a lavoura cafeeira e depois a açucareira para impulsioná-las à policultura. A modernização, pensava-se, permitiria aos grandes lavradores reformularem seu poder fundiário noutras bases após o colapso do escravismo, cujas consequências se sentiram mais fortemente na província fluminense. O resultado presumido seriam propriedades menores, manejo mais eficiente, menor degradação ambiental, menor dispêndio com mão-de-obra (mais abundante e mais qualificada), cultivos mais diversos (o que significava também menor susceptibilidade às flutuações do preço do café, que ainda não conhecia mecanismos estatais de controle). A perspectiva de que a difusão dos “processos agrônômicos modernos” (Decreto N.º 261 de 02/03/1896, art. 33 — ESTADO, 1896, pp. 280–304) se faria primeiro em favor da gestão dos grandes fazendeiros transparece na proposta pedagógica da escola prática que deveria funcionar nos centros agrícolas. Por mais que os alunos precisassem demonstrar aptidão física para a lavoura como requisito para a matrícula, receberiam diploma de administrador agrônomo, ou seja, quadros gerenciais para a elite agrária.

O momento quando se fundaram a Estação Agrônômica de Paraíba do Sul e o Centro Agrícola de Vargem Alegre é muito importante pelo papel que a agronomia começara a desempenhar na redefinição e consolidação dos espaços de poder das

¹ O próprio núcleo colonial de Vargem Alegre e o de Boa Vista, em Paraíba do Sul.

elites agrárias sob a República Velha. Algumas poucas instituições agronômicas, em sentido bem lato, já eram conhecidas no Brasil, como Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1808–), Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (1860–1891), Museu Paraense (1870–), Escola Agrícola da Bahia (1875–), Imperial Escola de Medicina e Veterinária e de Agricultura Prática de Pelotas (1883–1885) e a Estação Agronômica de Campinas (1885–). É na década de 1890 que se criam os primeiros cursos de engenharia agronômica, vinculados às escolas politécnicas do Rio de Janeiro (1896), de São Paulo (1898) e da gaúcha Taquari (1899) (OLIVER, 2009, p. 66). No federalismo largo da Constituição de 1891, porém, o protagonismo na política agrícola saiu do poder central para os Estados. As expressões máximas dessa descentralização foram, sobretudo, a extinção do Ministério da Agricultura entre 1891 e 1906 e, em menor grau, a transferência em 1892 ao Estado de São Paulo daquele que já se consolidara como o polo da pesquisa agronômica brasileira, a Estação de Campinas, apontada como importantíssima na hegemonização da agricultura paulista, inclusive no mercado interno (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 52). A Estação Agronômica de Paraíba do Sul e o Centro Agrícola de Vargem Alegre podem ser, portanto, vistos como a tentativa de as elites fluminenses elaborarem um projeto contra-hegemônico *ex nihilo*. Embora a Estação Agronômica de Campinas só seja ocasionalmente referida nas fontes do Centro Agrícola, neste artigo eventualmente a mencionáramos em comparações superficiais a fim de evidenciar que o fracasso da institucionalização agronômica no Estado do Rio correspondia à impossibilidade concreta de qualquer alternativa à hegemonização da agricultura paulista no começo da República Velha.

Não está ainda de todo claro quais agentes promoveram a criação do Centro Agrícola. Desde 1890 se aventavam propostas de estabelecer dez estações agronômicas experimentais pelo Estado (CASTILHO, 1890, pp. 52-53). Há, porém, bons indícios de se tratarem de homólogos aos que fundaram em 1897 a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), isso mesmo quando não, em certos casos, das mesmas pessoas. Germano Vert, o segundo diretor do Centro, contava-se entre os fundadores

da SNA, da qual viria a ser secretário-geral. Uma comitiva da recém-inaugurada SNA visitou Vargem Alegre (GAZETA DE PETRÓPOLIS, 13/05/1897, p. 2). Em 1899, antes mesmo da extinção do Centro, os instrumentos laboratoriais, os utensílios agrícolas e os adubos químicos haviam sido doados pela Assembleia Legislativa à SNA (A IMPRENSA, 26/11/1899, p. 2; 30/12/1899, p. 1). Assim o Centro Agrícola pode ser visto como um projeto imediatamente predecessor da SNA.

Esses agentes conformam-se com alguns dos promotores do ruralismo brasileiro conforme a tipologia de Sônia Regina de Mendonça (1997, p. 27): técnicos de áreas cafeeiras decadentes e políticos defendendo a redinamização agrícola de suas bases eleitorais. A nosso ver, também haveria agentes mais diretamente ligados à administração estadual, promotores de reforma fiscal numa ótica “cameralista” da agricultura. Embora não explicitado nas fontes, o atendimento aos interesses dos latifundiários se explicaria assim pelas necessidades do erário, por serem o café e o açúcar os dois principais produtos exportados pelo Rio de Janeiro. A agricultura serrana das “zonas frias”, mais voltada ao mercado interno dos mantimentos, não gerava receitas fiscais e, portanto, deveria ser contemplada apenas num período posterior de revigoramento econômico. Na medida em que podemos estabelecer a estratégia dessa política agrícola se queria encontrar alternativas primariamente para a exportação e secundariamente para a importação.

Entre os quadros técnicos do Centro, havia bastante estrangeiros, sobretudo franceses. Dos quatro diretores² que o Centro veio a ter, dois eram engenheiros franceses: Arthur Thiré e Jean Baptiste Tandart. De fato, do primeiro diretor, Thiré, esperava-se mesmo que os ajudantes fossem contratados na Europa. O modelo almejado era a Escola de Agronomia de Grignon, a principal instituição francesa de ensino agrônomo, por onde, aliás, se formara Tandart (JORNAL DO COMÉRCIO, 13/02/1897, p. 3). A fazenda-modelo de Vargem Alegre foi inclusive batizada como

² A saber: Arthur Thiré (05/07/1896–23/10/1897), Germano Vert (23/10/1897–20/01/1898), Jean Baptiste Tandart (interino), Joaquim d'Oliveira Maia Outeiro.

Grignon. A vinda dos quadros europeus trazia a implicação de que, mesmo naquela que fora a principal província do Império, faltava gente conhecedora das práticas agrícolas modernas. É reiterada a menção de que a elite rural se desinteressava pelo ensino agrícola (ABREU, 1896, p. 32). A carência de quadros locais era corroborada pelo diretor da Estação Agronômica de Paraíba do Sul (BRAUNE, 1895, p. 5). Sequer, aparentemente, se exigia algum tipo de especialização em agricultura tropical, isso numa fase em que o neocolonialismo europeu avançava a passos largos. Um dos secretários de Obras Públicas julgava, no entanto, que a presença de tantos estrangeiros era entrave (CARVALHO, 1897, p. 34). Talvez tenha sido no sentido de supor maior capacidade adaptativa ao trópico que um deputado estadual tenha propugnado a contratação de portugueses (imigrantes que, no Rio, já desempenhavam papel importante na introdução espontânea de melhoramentos agrícolas como hortelãos, floricultores e pomicultores) (CUNHA, 04/07/1896, p. 2). Um dos técnicos era, de fato, português formado pela Escola Agrícola de Coimbra e num dos relatórios incluiu-se anexo sobre o ensino agrícola português, provável modelo para a escola prática (ANÔNIMO, 1897). É possível que diversos modelos científicos institucionais – sobretudo, alemão e francês – estivessem em disputa.

A existência de quatro diretores, todos de curto mandato, aponta a dificuldade de institucionalização do Centro. Aqui se contrasta a permanência por dez anos do austríaco F. W. Dafert à frente da Estação Agronômica de Campinas (1887–1897). Desde o início, os relatórios do Centro insistem em precaver contra a impaciência, uma vez que resultados concretos só emergiriam após certo tempo — claro indício das pressões que a instituição sofria em meio a uma crise fiscal que só se agravava ao longo da segunda metade da década de 1890 (FERREIRA, 1989, p. 102). Considerando-se que o cafeeiro não é uma planta anual, mas perene, frutificando bem só após cinco anos, o imediatismo soa menos razoável ainda. Entretanto, já nos últimos dias de 1897, a Lei N.º 257 revogou a criação dos outros dois centros agrícolas e extinguiu a Estação Agronômica de Paraíba do Sul. No ano seguinte, o Executivo fluminense promoveu

pesados cortes orçamentários que afetariam diretamente o Centro e, em prenúncio de extinção, a Lei N.º 410 autorizava a venda das fazendas pertencentes aos Estado. No fim de 1898, após gastos dum conto de réis com o Centro, a Assembleia Legislativa recusou um crédito suplementar de 140.000\$000 malgrado os protestos por uma minoria de deputados de que a instituição estaria começando a funcionar (THE RIO NEWS, 20/12/1898, p. 8). Análises de solo não puderam ser feitas integralmente por faltarem alguns equipamentos laboratoriais. Já poucos anos antes, as dificuldades fiscais já eram pão cotidiano na Estação Agronômica de Paraíba do Sul, cujo diretor tivera de cobrir às suas expensas os gastos com funcionários e implementos (BRAUNE, 1895, p. 4).

Provavelmente em função dos poucos recursos (e talvez certo nativismo, como observado alhures por DEAN, 1995, p. 238), os diretores do Centro Agrícola e do Núcleo Colonial, em vez de cooperarem, conflitaram sobre questões triviais como moagem de cana, qualidade das plantas cartográficas e desperdício de formicida (APERJ, PE.SAO.DA.NC.27.06.02 – Joaquim d'Oliveira Maia Outeiro à Secretaria de Obras Públicas, Ofício N° 391 do Núcleo Colonial de Vargem Alegre, 14/09/1898; APERJ, PE.SAO.DA.NC.27.06.02.01 – Carta de Thiré a Outeiro, 13/07/1897; Carta de Outeiro a Thiré, 14/07/1897). O diretor do Núcleo Colonial, Joaquim d'Oliveira Maia Outeiro, viria enfim a se ocupar também do Centro Agrícola na sua fase de liquidação. Em 1900 fizeram-se mais cortes de pessoal. No ano seguinte, elaborou-se, sem sucesso, proposta de orçamento para manter tanto o Centro quanto o Núcleo minimamente funcionais. Também em 1901, o Governo estadual celebrou com particular a cessão dos terrenos do Centro Agrícola, que deveria ser loteado (ESTADO, 1902, pp. 79-82). O empreendimento tampouco foi avante e, em 1905, o que deveria ser um projeto-piloto para a agricultura fluminense cedeu lugar a uma colônia de alienados.

Em meio a tantas dificuldades, algumas facetas importantes do Centro jamais se materializaram como a escola prática. Ainda assim, prédios foram reformados e

adaptados, estábulos construídos, laboratório químico e estação meteorológica montados, equipamentos importados, solos analisados, experimentos agrônômicos realizados. A próxima seção aborda o programa agrônômico que se pôde praticar em tais circunstâncias. A precariedade talvez ajude a compreender o que se percebeu, à primeira vista, como essencial.

Emergência dum projeto agrônômico

Para além da armadura institucional almejada, é difícil perceber as diretrizes técnicas concretas dos trabalhos no Centro Agrícola. Com poucas exceções, os relatórios do Centro caracterizam-se mais pela reiteração de lugares-comuns da agronomia finissecular do que pela análise das condições locais ou pela experimentação. Outra vez é ilustrativa a comparação com os alentados relatórios da Estação Agronômica de Campinas, muitos dos quais fundamentaram traduções para o francês, o alemão e o holandês. Isso pode, em parte, se explicar pelo pioneirismo e pela brevidade do Centro. Contudo, sobretudo em comunicação com a Estação Agronômica de Paraíba do Sul, alguma pesquisa foi feita, entre as quais análises de solos, ensaios de formicidas e adubos químicos, testes de maquinários como arados, grades e ceifadeiras. Os esforços parecem concentrar-se em três áreas: *a)* aclimação de cultivos e animais, *b)* aperfeiçoamento de espécies nativas ou aclimatadas e *c)* difusão de sementes.

No Centro Agrícola, fizeram-se experimentos com cento e vinte cultivares de leguminosas, gramíneas, forrageiras e cereais entres várias espécies, algumas ainda então pouco correntes na agricultura fluminense e mesmo brasileira: alfafa, tremoços, feijão-de-corda, sorgo-vassoura, ervilhaca-peluda, ervilhaca-de-primavera, aveia, cevada. O milho destacava-se com 27 cultivares, alguns oriundos dos Estados Unidos (TANDART, 1898, pp. 469–471). Na Estação Agronômica de Paraíba do Sul, também se introduziram espécies ainda bastante incomuns, algumas tão desconhecidas que

tiveram o nome estropiado pelo tipógrafo: sorgo, girassol, meliloto-branco (“trevo Bokhara”) (LEDENT, 1897, pp. 6-8). A despeito da grande variedade, os campos de experimentação tinham dimensões modestas, 2,5 hectares. É de se presumir que nessas dimensões, sem separação entre talhões, ocorressem muitos casos de fertilização cruzada entre as variedades. Isso poderia explicar os resultados variados no milho que impediram qualquer conclusão. A título de comparação, em 1887, a Fazenda Nacional, mantida pelo Governo Imperial, tinha 4,7 hectares de campo de experimentação (BEDIAGA, 2014, p. 185), superfície tampouco vasta.

É notável que muitos desses cultivos se prestassem, sobretudo, como forrageiras. Embora também se reconhecesse o valor de algumas espécies como adubo verde, a ênfase nas forrageiras demonstra que se percebeu a dissociação usual entre monocultura e pecuária como grande entrave para a modernização da agricultura. Embora raramente observado pela historiografia, ao contrário dos ubíquos clamores pelo emprego do arado (em certos autores, fetichizado — p. ex., NAVARRO, 1799, p. 15), diversos tratadistas luso-brasileiros, desde fins do século XVIII, criticavam a ínfima integração entre pecuária e agricultura no Brasil. A agricultura mista (ou sistema “vegeto-animal” como quis um tratadista — FONSECA, 1863, pp. IX-XIII) mitigaria a esterilização do solo pela produção de estrume, contribuindo assim para reduzir a dimensão das propriedades ou, por outra via, a necessidade da queimada e da reprodução extensiva das fazendas. Para isso, contudo, seria preciso aperfeiçoar pradarias artificiais (capineiras), manejo do gado, estabulação, raças, cerceamentos, rotação de culturas — em suma, a reforma do regime monocultor. A ênfase nas forrageiras pelo Centro Agrícola vai no sentido de contribuir para a difusão da agricultura mista. Ela será afirmada diversas vezes nos relatórios do Centro e o *Almanaque Agrícola Fluminense*, obra de divulgação mais leiga, discutirá alternativas à alfafa, muitas delas nativas (CENTRO AGRÍCOLA, 1898, pp. 25–31).

A questão das sementes era importantíssima no projeto policultor. Se a circulação dos gêneros alimentícios já era (e ainda é) problemática, pulverizada, com

mais razão faltavam canais de circulação de sementes. De fato, entre os lavradores brasileiros sequer a prática de seleção estava arraigada. Pelo contrário, se tendia praticar a seleção negativa, pois se favoreciam os exemplares menos vistosos para as sementeiras enquanto se consumiam os melhores, padrão atestado também para a pecuária, que abatia o melhor gado em vez de selecioná-lo como reprodutor (PRIORE, VENÂNCIO, 2006, pp. 162–164; CENTRO AGRÍCOLA, 1898, p. 60). O incipiente comércio de sementes tampouco seria capaz de suprir as necessidades de modernização da lavoura fluminense. As sementes eram geralmente importadas, portanto, cultivares não aclimatados. Por conseguinte, costumavam não vingar. O jardineiro-chefe do Centro lastimou a dificuldade em achar boas sementes de cebola, alimento já incorporado na dieta local, mas que ainda dependia de importação. A dificuldade é reveladora, uma vez que o cultivo de cebola deixou marcas na toponímia fluminense e isso num município vale paraibano, o distrito de Cebolas em Paraíba do Sul, justamente onde existia a Estação Agronômica. Os canteiros de cebolas do Centro tiveram de se formar com sementes fornecidas por um “pequeno lavrador espanhol” porque aquelas adquiridas duma casa importadora carioca “falharam completamente” (NEUENSCHWANDER, 1898, pp. 524–525).

Ainda assim, ressaí dos relatórios — às vezes no mesmo relatório — a tensão entre dois programas agronômicos, que se apresentam como contraditórios menos por princípio do que por escassez de recursos. Deveria o Centro afinal aclimatar cultivares exóticos ou aperfeiçoar as variedades locais, “crioulas”? As pressões por resultados rápidos e fiascos com espécies exóticas (diversas raças europeias de gado bovino, suíno e ovino morreram em questão de dias — LEDENT, 1897, p. 5) forçaram respostas mais eloquentes em favor do aperfeiçoamento das espécies nativas:

Cultivemos o que temos e não fazemos pouco. Mais tarde, quando as nossas plantas produzirem no máximo, ou melhor, até a obtenção do maior resultado líquido, então indague-se como a aclimação deste ou daquele vegetal se não poderia mais longe. (TANDART, 1898, p. 502).

Tendo em vista o papel que a produção de forrageiras assumiu no projeto de reforma agrícola, há um debate recorrente sobre alternativas brasileiras à alfafa, leguminosa que se importava em quantidades crescentes da Argentina a ponto de já se ensaiar comercialmente o seu cultivo nas várzeas litorâneas de Parati, município fluminense também em crise agrícola (COMPANHIA, 1890, p. 22).³ Como logo veremos, essa importância das forrageiras não encontrou receptividade, ao menos pelos canais oficiais, entre os fazendeiros.

Por sua breve existência, Vargem Alegre não chegou a desenvolver variedades nem mesmo servir como viveiro, tarefa esta desempenhada, porém, pela Estação Agronômica de Paraíba do Sul. O Centro apenas intermediava a distribuição de sementes e mudas, compradas em casas especializadas. As espécies e os cultivares provinham quase todos de fora do Vale do Paraíba e, a bem dizer, do próprio Estado: algodão herbáceo americano, fumo, seringueira, maniçoba, cacau e parreira (TANDART, 1898, p. 468). Dois desses cultivos, experimentavam grande sucesso em regiões brasileiras a ponto de virem a caracterizar ciclos agroexportadores — os cacauzeiros no sul baiano e os seringais na Amazônia. Outros cultivos já haviam conhecido períodos de fastígio durante o Império como o algodão e o fumo. Por seu lado, a maniçoba e a parreira claramente não tinham a menor pretensão de se apresentar como produto agroexportador milagreiro, antes suprir demandas alimentares internas. Significativamente o melhoramento do cafeeiro não apareceu na pauta. Ele nem mais era plantado no Centro (THIRÉ, 1897, p. 8).

A intermediação era distante do agricultor, sem ainda nada que prefigurasse o extensionista rural. O agricultor interessado deveria dirigir-se ao Centro solicitando insumos ou deveria visitar a fazenda-modelo para observar novas técnicas ou cultivos.

³ Entre 1902 e 1906, a alfafa variou, em valor, entre 1% e 2% da pauta de importação na rubrica de alimentos e forragens pelo porto do Rio de Janeiro. No entanto, entre os 43 artigos enumerados, só dez a superam, dominando a pauta: arroz, azeite, bacalhau, banha, batata, trigo, farinha de trigo, frutas secas, manteiga, vinhos, carne seca (WILEMAN, 1908, p. 205).

A distribuição de quatro variedades de tabaco, americanas e cubanas, fez-se não diretamente aos agricultores, mas às 48 câmaras municipais fluminenses (TANDART, 1898, p. 468). Os meios de divulgação técnica eram bastante limitados: publicou-se o *Almanaque Agrícola Fluminense*; comunicava-se em notas jornalísticas a disponibilidade de insumos; encaminharam-se às câmaras municipais folhetos sobre sementes e adubos; emprestou-se maquinário e reprodutores aos lavradores das redondezas; e até mesmo, por ordem do secretário, se fizeram cultivos à margem da ferrovia como chamariz (truque, aliás, também empregado na Europa) (CARVALHO, 1897, p. 34).

É possível vislumbrar certo descompasso entre as expectativas dos agrônomos e a dos fazendeiros. Na Estação Agronômica de Paraíba do Sul, dentre 221 pedidos de sementes e mudas, 66% buscaram cultivares de algodão herbáceo americano (*upland* e *sea island*), ao que se seguiam 25% de pedidos de hortaliças. Menos de 1% dos pedidos se reportavam às forrageiras ou ao fumo. O desinteresse é o oposto das expectativas dos agrônomos, pois se ofereceram quatorze espécies de forrageiras, categoria que encabeça o rol de variedades à frente de cereais, gêneros alimentícios, plantas industriais, hortaliças e parreiras (LEDENT, 1897, p. 5). Aos olhos dos fazendeiros fluminenses, portanto, o cultivo que despontava como alternativo ao café e à cana era, àquela altura, o algodão, noutros termos, artigo agroexportador já algo conhecido. A melhoria das pastagens não era atraente, indicando que a agricultura mista ou mesmo a pecuária intensiva não aparecia como opção. Quanto ao interesse pelas hortaliças, é certo de que se trataria apenas do desejo de enriquecer o consumo doméstico, uma vez que, até a segunda metade do século XX, a horticultura, por suas especificidades de técnica, trabalho, capital e escoamento, será uma forma de exploração quase monopolizada por imigrantes minifundistas.

Em suma, para romper o impasse na cafeicultura, a perspectiva técnica que parece mais consistente, pelo reconhecimento de limitações estruturais a uma reforma drástica na estrutura fundiária (jamais apontada frontalmente nos relatórios do

Centro⁴), é a integração entre agricultura e pecuária. Os agrônomos, sem dúvida influenciados pela experiência europeia, tinham em mira o modelo de agricultura mista que se foi impondo àquele continente desde a Idade Média Central. No modelo dominante de agricultura europeia, em flagrante contraste com a agricultura predatória brasileira, a fertilidade do solo conservava-se de geração em geração graças ao equilíbrio entre agros, pastos, prados e floresta. Não sem crises, esse modelo se aperfeiçoou no século XVIII pela difusão de maquinário e das leguminosas como forrageiras (alimentação do gado e adubo verde) e em meados do século XIX pela compreensão do metabolismo dos vegetais. A inexistência palpável duma agricultura equilibrada na monocultura fluminense deve ter sido percebida quase de imediato pelos agrônomos europeus por maior que fosse a ignorância dos biomas tropicais. Esse equilíbrio alguns autores reconheceram existir como horizonte possível apenas em pequenas empresas.

A dimensão ecológica: degradação edáfica e adubação

Pelo menos desde a década de 1840 (CUNHA, 1844, pp. 49–55), percebeu-se que a cafeicultura no Vale do Paraíba degradava a fertilidade do solo de maneira radical. A duração das fazendas de café orçava-se não muito além dumas poucas décadas. A bem dizer, a cafeicultura só corroborava a percepção da agricultura brasileira como rígida e predatória (PECKOLD, 1871, v. 1, p. 44). Antes, porém, cabe refletir sobre as razões dessa agricultura predatória e os impasses para a sua superação.

É sabido que algumas práticas agrícolas “irracionais”, mesmo em face dos conhecimentos técnicos comezinhos, amiúde respondem a uma racionalidade substantiva do sistema social em função de prioridades como controle da mão-de-

⁴ Cf., porém, o comentário dum observador mais neutro em visita a uma fazenda em Itatiaia: “Le vaste proprietà debbono sparire per dar posto a numerosi ed agiati piccoli proprietari: ecco qual'è la mia modesta opinione; sarà un'eresia, pazienza, ormai l'ho detta e non me ne pento.” (G. P. M., 15/10/1888, p. 834).

obra, prestígio, redistribuição de dons, consumo conspícuo, etc. (POLANYI, 2001; JONES, 2016, p. 33). Assim, ao longo do século XIX, o plantio de cafezais em fileiras morro acima em vez de curvas de nível não se explicava por mera ignorância dos fazendeiros fluminenses sobre os riscos da erosão. A opção era perfeitamente racional na medida em que simplificava tanto o trabalho de capina e colheita quanto o controle da mão-de-obra, talvez este o problema “agronômico” mais elementar no escravismo (MARQUESE, TOMICH, 2015, pp. 52–53). No cálculo hipotético entre preservar o solo e aumentar o risco de descontrole sobre os escravos, prevaleceu unanimemente a opção que degradava o solo e facilitava o controle dos escravos. Uma vez que havia horizontes de reprodução extensiva do modelo numa frente de colonização sobre matas virgens, durante muito tempo a questão mal se punha como dilema, ao menos no plano microeconômico.

A noção de “equilíbrio” depende das experiências históricas de constantes “desequilíbrios” causados patentemente pela ação humana. No caso do Rio de Janeiro, havia diversos fatores favoráveis à percepção de desequilíbrio causado pela agricultura. Como frente pioneira da cafeicultura, logo se fizeram aí sentir os impactos dum cultivo que, sem manejo adequado, exaure rapidamente a fertilidade do solo. Em segundo lugar, pela área diminuta e boa malha ferroviária, no Estado do Rio as possibilidades de ampla reprodução extensiva da cafeicultura se encerraram cedo, já na década de 1870. Por fim, como periferia da principal cidade brasileira, havia intelectuais aptos a criticar e a pensar soluções para a “agricultura rotineira”.

Nos relatórios governamentais da década de 1890, o declínio cafeeiro é atribuído não só a questões econômicas como também às “naturais”. A lavoura era classificada como “agricultura vampiro” por não reestabelecer a fertilidade do solo (SILVA, 1898, p. 9, 12). O Secretário de Obras Públicas e Indústria, Augusto de Abreu Lacerda, reconhecia os efeitos daninhos da agricultura predatória, inclusive na difusão de fitopatógenos em função da monocultura:

As matas virgens desapareceram, o ubérrimo vale do Paraíba se cobre de campos de criação, e o café é perseguido pelo esgotamento da terra e pelas moléstias, que vão se apoderando de seu organismo enfraquecido pela idade, e também dos novos cafezais. (LACERDA, 20/06/1896, p. 1)

O presidente estadual Maurício de Abreu dava as terras cafeicultoras como “esgotadas pelas crescentes plantações”, razão para sua reforma rumo à policultura (ABREU, 1896, p. 31). Quando o Estado adquiriu a fazenda Vargem Alegre, o solo já se reputava “cansado”, mas a ser “melhorado por processos agrícolas da escola prática e da fazenda-modelo” (CUNHA, 04/07/1896, p. 2). O desmatamento local fora tamanho que o funcionamento dos engenhos de café e cana estava comprometido pela redução da vazão nos cursos d’água, “[c]omo aconteceu em numerosas fazendas do Vale do Rio Paraíba” (THIRÉ, 1897, p. 8). Nesse sentido, ocupando ele próprio uma fazenda degradada pelo café, o Centro pretendia também demonstrar que a regeneração agrícola do passivo ambiental seria extensível a outros cafeicultores que vivessem o impasse da imigração ou da conversão à pecuária extensiva. O dano ambiental já chegara a tal ponto no Vale do Paraíba que, ao contrário dos estabelecimentos agrônômicos europeus e americanos que visavam precipuamente à elevação da produtividade ou à arroteia de solos marginais, no Rio eles tinham já de pensar em métodos de regeneração e isso, numa fase liberal, por iniciativa pública: “compete ao Estado – guiar e esclarecer o fazendeiro, mostrando-lhe, por meio das estações agrônômicas e das fazendas-modelo, os processos de que deve lançar mão na exploração das terras fatigadas” (LACERDA, 20/06/1896, p. 1).

Embora diversos regimes agrários pelo planeta tivessem, quando estáveis, encontrado meios empíricos mais ou menos eficientes de recompor, conservar ou mesmo elevar a fertilidade do solo (estrumeação, adubos verdes, pousio, mexoalho, calagem, coivara, *Plaggendungen*, inundação por alúvios, etc.) (MAZOYER, ROUDART, 1997, p. 58), somente a partir da década de 1830 avanços na química orgânica ampliaram a compreensão científica do nexo entre solo e metabolismo vegetal. Cada

vez mais se podia não só quantificar a presença ou ausência dos nutrientes necessários a um dado cultivo como também corrigir os desequilíbrios na composição química do solo mediante a dosagem ideal de adubos — verdes, minerais e químicos. Esses estudos, como não podiam deixar de ser, fizeram-se centrados nos solos temperados da cerealicultura. A agricultura neotropical, sobretudo a monocultura, apresentava muitas desvantagens. Em primeiro lugar, os solos tropicais, como regra, são relativamente pobres, mais ainda onde a pedogênese é antiga como no Rio de Janeiro (WEISCHET, 1980; contra cf. DESHMUKH, 1986, p. 58). Em segundo, não houve o transporte, com os escravos africanos, das soluções empíricas para uma agricultura tropical intensiva e estável como a que se praticava em muitas partes daquele continente. Em terceiro, a monocultura, exceto onde geograficamente constricta (p. ex., Antilhas), optou pela reprodução extensiva, o que significava pouco interesse na conservação dos recursos naturais, sobretudo a fertilidade do solo. Em quarto, o atraso educacional retardou a assimilação dos conhecimentos agronômicos, sua institucionalização e, por fim, sua adaptação às realidades locais, muito específicas (SILVA, 2023) — p. ex., análises das necessidades metabólicas dos cafeeiros só se fizeram na década de 1870 (DEAN, 1995, p. 186), isto é, na iminência da crise cafeeira fluminense. Esse ponto era explicitamente admitido, inclusive em obra de divulgação: “Não temos remédio senão recorrer às experiências feitas no estrangeiro até que os nossos *Centros Agrícolas* possam fornecê-las” (CENTRO AGRÍCOLA, 1898, p. 60).

O Centro Agrícola, portanto, ajudaria entender as condições edáficas valeparaibanas para além do empirismo dos “padrões de terra” (bioindicadores vegetais) e estudar métodos adequados de fertilização e de combate à erosão. Elaborou-se modelagem teórica dos desbarrancamentos e sugeriu-se o cultivo de alfarrobeira para contenção de encostas (TANDART, 1898, pp. 7-8; NEUENSCHWANDER, 1898, p. 520). A estrumação era considerada de enorme importância, necessitando “de um estudo todo especial” em vista que “presentemente muito se despreza no Brasil”

(TANDART, 1898, p. 4). Um dos diretores é lapidar ao ponto do didatismo: “É, pois, preciso ter estrumeiras. Para isto, é preciso ter gado estabulado e, portanto, ter forragem.” (THIRÉ, 1897, p. 10) Vimos já que a preocupação com as forrageiras pretendia facilitar a difusão da agricultura mista.

Pelos relatórios, parece haver certa ênfase nos adubos químicos, a solução mais moderna, em face aos adubos orgânicos e verdes. A própria criação do Centro foi precedida de perto por uma lei que determinou a importação de adubos químicos a se vender a preço de custo (Lei n.º 188 de 25/11/1895 — ESTADO, 1896, pp. 14–15). Em 1896, importaram-se 112 toneladas (ABREU, 1896, p. 35). Entre os adubos químicos, estavam escórias fosfatadas Thomas, um subproduto da siderurgia (CENTRO AGRÍCOLA, 1898, p. 198; GAZETA DE PETRÓPOLIS, 13/05/1897, p. 2). Uma estratégia de fortalecimento institucional parece que passou pelo entendimento do Centro como espaço para lóbi da nascente agroindústria. Fornecedores enviaram amostras a serem testadas pelo Centro, sem dúvida na expectativa de chancela oficial para seus produtos. O diretor Thiré exprimiu ao representante diplomático francês o desejo de travar relações com fornecedores de instrumentos agrícolas e de adubos químicos. Dispunha-se a distribuir entre os grandes fazendeiros catálogos e prospectos (GAZETTE AGRICOLE, 01/08/1897, p. 419). A própria trajetória profissional de Thiré favorecia visão química da agricultura: formado em engenharia civil e de minas pela Escola Politécnica de Paris, antes de dirigir o Centro Agrícola fora professor Escola de Minas de Ouro Preto.

A ênfase nos adubos, químicos e orgânicos, exigia esforço deliberado de propaganda junto aos fazendeiros. De forma similar à distribuição de sementes, buscou-se a intermediação das câmaras municipais para a divulgação de impressos sobre o uso dos adubos. A tarefa era difícil, pois se pretendia introduzir um insumo agroindustrial numa lavoura que sequer adotara a estrumação como praxe. Ao longo do século XIX são incontáveis as menções do desprezo dos cafeicultores pelas medidas mais simples de fertilização. Num relato de viagem pela região cortada pela

Estrada de Ferro D. Pedro II em 1878, o engenheiro André Rebouças observava o abandono das terras da baixada considerados “pela rotina como arenosos e estéreis” e, serra acima, os efeitos da erosão nos morros de Barra do Piraí. Segundo Rebouças, o desperdício e a degradação se podiam explicar, em parte, pela recusa dos fazendeiros ao emprego dos adubos. Os cafeicultores não só desconsideravam adubos orgânicos (casca do próprio café) como também os adubos químicos (boa parte duma carga de cainita, mineral potássico, a se distribuir gratuitamente permaneceu esquecida na alfândega) (REBOUÇAS, 1878, pp. 14, 29). Em 1885, após viagem de estudos, o holandês Delden Laërne observou a raridade da adubação nos cafezais brasileiros, inclusive nas novas zonas paulistas, negando categoricamente o uso de adubos químicos e afirmando raríssima a estrumação (1885, p. 291). Em 1896, a Câmara Municipal de São João Marcos comprou adubos e sementes, mas teve de distribuí-los grátis por falta de interessados. Mesmo assim, poucos fazendeiros os usaram (CARVALHO, 1897, p. 33).

Num contexto como esse, em que a própria lógica da monocultura recusava as medidas paliativas consagradas alhures, as tentativas de difusão dos adubos químicos, como outras inovações, decerto estavam fadadas ao fracasso. Por outro lado, os relatórios reconheceram cedo que os adubos químicos seriam impraticáveis pelos custos. Aparentemente um dos próprios diretores do Centro mostrou-se cético com a viabilidade econômica dos experimentos que faziam em Vargem Alegre (G. V., 07/10/1897, p. 3). As barreiras para a modernização, contudo, são muito menos compreensíveis a partir duma lógica microeconômica do que por determinantes sociais mais profundas. Dafert fez balanços lúcidos sobre a racionalidade da cafeicultura predatória em função do estoque de terras propícias, altos lucros e falta de capitais. Os limites da expansão predatória seriam dados pelos custos com transporte e pela exaustão total das terras propícias ao café. Para o agrônomo, seria apenas no Vale do Paraíba que investimentos em adubação já se pagariam pela proximidade aos portos, boa malha ferroviária e exaustão dos solos – o café de fazendas regeneradas e

policultoras chegaria ao mercado europeu e americano, ao fim das contas, mais barato que aquele produzido em terras virgens paulistas e mineiras mais distantes do litoral (DAFERT, 1896, p. 35; 1898, pp. 7, 15, 21). Contudo, como a história provou, tais vantagens comparativas para uma cafeicultura fluminense modernizada não se concretizaram. A própria cafeicultura paulista só pôde se modernizar aos poucos, graças a um conjunto de fatores propícios – edáficos, geográficos, temporais, econômicos e políticos –, deixando, todavia, um rastro de estagnação agrícola nas zonas pioneiras. No Vale do Paraíba, fluminense e paulista, a conversão da cafeicultura diretamente à pecuária extensiva, sem a agricultura mista propugnada, atesta, antes que a impossibilidade econômica ou técnico-científica, a impossibilidade social de modernização agrícola do modelo monocultor dominante no século XIX.

Conclusões

A criação da Estação Agronômica de Paraíba do Sul e, sobretudo, do Centro Agrícola de Vargem Alegre vinculam-se a um esforço mais amplo de modernização do Estado fluminense na primeira década republicana. O fracasso, pontual e global, escancara os estreitos limites das mudanças possíveis na República Velha, uma vez que o Estado que, havia pouco, figurara como o núcleo imperial era incapaz de bancar, às próprias expensas, uma instituição técnica que reformasse as bases agrícolas das suas elites num contexto de crise estrutural. A nosso ver, o projeto do Centro Agrícola de Vargem Alegre emerge não apenas pelas questões estritamente econômicas, mas também pelo dano ambiental causado pela monocultura.

O fracasso do Centro pode ser entendido, conforme as circunstâncias, a partir de três pontos. Num deles, mais otimista, o fracasso prepara o terreno para a consolidação do campo de saberes agronômicos. No Rio, ele seria um prenúncio tímido da SNA, da recriação do Ministério da Agricultura e da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Um segundo ponto é ver o fracasso como

resultado final das disputas entre elites nacionais. Um paralelo encontra-se na Escola de Medicina e Veterinária e de Agricultura Prática de Pelotas, cujos recursos foram canalizados para a Escola Agronômica de Campinas, ainda sob o Império, numa clara concorrência entre elites agrárias regionais, cada qual esteada em atividades bem distintas, a pecuária bovina uma, a cafeicultura a outra. Trata-se, pois, de disputa regional sobre a agricultura e, por conseguinte, pela hegemonia política. Um terceiro ponto é entender os projetos fracassados como válvula de escape para setores reformistas mais radicais, que poderiam passar a advogar políticas que afrontassem o direito das elites agrárias ao controle da terra.

As vinculações com a SNA parecem apontar que as frações não-hegemônicas da elite, ao menos no Rio, procuraram primeiro construir um projeto agrário alternativo no âmbito estadual. Contudo, como, na prática, o federalismo brasileiro produzira Estados, salvo São Paulo, sem recursos para institucionalizar tais projetos alternativos, não tardou para que os interesses das frações não-hegemônicas deslocassem suas investidas para o âmbito do governo central. Mesmo considerando a relativa fraqueza da União, os recursos financeiros federais, no agregado, eram mais abundantes do que aqueles à disposição dos orçamentos estaduais por um lado e, por outro, simbolicamente se legitimavam como nacionais e não regionais os interesses das elites marginalizadas pelo domínio dos cafeicultores paulistas. No caso fluminense, a mobilização política dos recursos da União ainda foi precedida por uma tentativa em 1901 de transferir a iniciativa de institucionalização agronômica a capitais privados (ESTADO, 1902, pp. 79–82).

Na medida em que se vislumbrou um rumo à policultura, o Centro Agrícola de Vargem Alegre pressupôs a agricultura mista, consorciando lavoura e pecuária, como fundamento, tomando, sem dúvida, os modelos europeus — por mais que autores luso-brasileiros já tivessem constatado negativamente a dissociação. Por fim, cremos que estudos mais aprofundados sobre o Centro Agrícola e iniciativas similares no período ajudariam a compreender problemáticas pouco abordadas na história agrária

brasileira como, p. ex., a seleção e produção de sementes, adubos e as circunstâncias de seu emprego, introdução de forrageiras e polos difusores de inovações.

Agradecimentos

Aos sempre solícitos funcionários do Aperj, sobretudo Jaqueline Lima e Sheila Silva.

Referências e fontes

Referências Bibliográficas

- BEDIAGA, Begonha. **Marcado pela Própria Natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1860 a 1891**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- CANO, Wilson. *Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras*. **Estudos Econômicos**, 15, 2, maio/ago. 1985, pp. 291-306.
- DEAN, Warren. *The Green Wave of Coffee: beginnings of tropical agricultural research in Brazil (1885-1900)*. **Hispanic American Historical Review**, 69:1, 1989, pp. 91-115.
- DEAN, Warren. **With Broadax and Firebrand**. Berkeley: University of California Press, 1995.
- DESHMUKH, Ian. **Ecology and Tropical Biology**. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1986.
- FERREIRA, Álvaro Mendes. *Comissão da Carta Corográfica do Estado do Rio de Janeiro (1894-1898): os limites da técnica e das instituições*. In: **IX Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica e IV Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica: caderno de resumos**, 2022, v. 9, p. 28-34.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **A República na Velha Província: oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889–1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- GROVE, Richard H. **Green Imperialism: colonial expansion, tropical island Edens and the origins of environmentalism, 1600-1860**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- JONES, Peter M. **Agricultural Enlightenment: knowledge, technology, and nature, 1750–1840**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- MALAVOLTA, Eurípedes. *As ciências agrícolas no Brasil*. IN: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (org.). **História das Ciências no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, v.3, pp. 105-149.

SERTÃO HISTÓRIA (ISSN 2764-3956) – Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente – NEHSA, Universidade Regional do Cariri | V.4, N.8, jul.- dez. 2025.

- MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: MUAZE, Mariana; SALES, Ricardo (org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos Quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7letras, 2015. pp. 21-56.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histoire des Agricultures du Monde**. Paris: Seuil, 1997.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Huitec, 1997.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. **Agronomia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Educação Rural: alguns escritos**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2007.
- OLIVER, Graciela de Sousa. **Institucionalização das Ciências Agrícolas e Seu Ensino no Brasil: 1930–1950**. São Paulo: Annablume, 2009.
- PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- POLANYI, Karl. **The Great Transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 2001.
- PRIORE, Mary del; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma História da Vida Rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- ROSSITER, Margaret W. **The Emergence of Agricultural Science: Justus Liebig and the Americans, 1840-1880**. New Haven/London: Yale University Press, 1975.
- SILVA, Marco Antônio Both da. *Medicina e Melhoramentos da Agricultura do Brasil no Século XIX*. **História**, São Paulo, v. 42, 2023.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.
- VIEIRA, Wilson. *A decadência da cafeicultura fluminense e seus efeitos na diversificação agrícola da região (1889-1930)*. **Leituras de Economia Política**, v. 6, Nº. 1, jun. 2001, pp. 111-132.
- WEISCHET, Wolfgang. **Die ökologische Benachteiligung der Tropen**. Stuttgart: B. G. Teubner, 1980, 2ª ed.

Fontes

Documentação arquivística

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj):

Dossiê Núcleo Colonial de Vargem Alegre – PE.SAO.DA.NC-28

Dossiê Núcleo Colonial de Vargem Alegre – PE.SAO.DO.NC-48

Periódicos (artigos assinados sob o título do periódico)

O Auxiliador da Indústria Nacional, Rio de Janeiro

CASTILHO, Luís de. *Agricultura e Indústria*, 1890, v. LVIII, pp. 52-53.

Il Brasile – Rivista Mensile – Agricola, Commerciale, Industriale e Finanziaria, Rio de Janeiro

G. P. M. *Stato dell'Agricoltura al Brasile dopo l'abolizione della schiavitù*, ano II, 15/10/1888, N.º 10, pp. 828-833.

Gazeta de Petrópolis, Petrópolis

LACERDA, Augusto de Abreu. *Considerações sobre a organização dos centros agrícolas*, 20/06/1896, p. 1.

Gazette Agricole – Journal Hebdomadaire, Politique, Agricole et Commercial, Paris
A Imprensa, Rio de Janeiro

Jornal do Agricultor, Rio de Janeiro

SILVA JÚNIOR, Dias da. *A indústria do leite*, ano VIII, tomo XV, n. 376, 1886, pp. 185-188.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro

CUNHA, Pedro. *O ensino agrícola no Estado do Rio*, 04/07/1896, p. 2.

A Notícia, Rio de Janeiro

G. V. [Germano Vert?], *Notas agrícolas*, 07/10/1897, p. 3

The Rio News, Rio de Janeiro

Relatórios de Governo e fontes bibliográficas pertinentes ao Centro Agrícola de Vargem Alegre (organizados por ano)

LACERDA, Augusto de Abreu. **Relatório Apresentado ao Dr. Joaquim Maurício de Abreu pelo Secretário d'Estado das Obras Públicas e Indústrias Augusto de Abreu Lacerda**. Rio de Janeiro: Jerônimo Silva & Cia, 1895.

BRAUNE, Domingos Henrique. *Relatório da Estação Agronômica do Estado do Rio de Janeiro a Cargo do Diretor Bacharel Domingos Henrique Braune*.

ABREU, Joaquim Maurício. **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo Presidente Dr. Joaquim Maurício de Abreu**. Petrópolis: Papelaria e Tipografia Dupin & Cia, 1896.

CARVALHO, Cipriano José. **Relatório apresentado ao Dr. Joaquim Maurício de Abreu pelo Secretário de Obras Públicas e Indústrias Engenheiro Civil Cipriano José de Carvalho**. Rio de Janeiro: Tipografia a Vapor Jerônimo Silva, 1897
CARVALHO, Cipriano José. *Sumário*.

THIRÉ, Artur. *Relatório do Centro Agrícola da Vargem Alegre apresentado pelo diretor Arthur Thiré*.

TANDART, Jean Baptiste. *Relatório da Fazenda Modelo do Centro Agrícola de apresentado por J. B. Tandart, 1º Ajudante do Centro Agrícola*.

LEDENT, A. *Relatório da Estação Agronômica da Paraíba do Sul Apresentado por A. Ledent, Ajudante*.

ANÔNIMO. *O Ensino Agrícola em Portugal*.

SILVA, Hermogênio Pereira da. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, 1898, Secretário de Obras**

Públicas e Indústrias Dr. Hermogênio Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Papelaria Jerônimo Silva, 1898.

SILVA, Hermogênio Pereira da. *Mensagem do Secretário ao Presidente do Estado.*

SILVA, Hermogênio Pereira da. *Relatório de Hermogênio Pereira da Silva*

TANDART, Jean Baptiste. *Anexo I – Relatório do Centro Agrícola de Vargem Alegre, 1 de julho de 1898.*

NEUENSCHWANDER, Ernesto. *Anexo – Horta.*

CENTRO Agrícola de Vargem Alegre. **Almanaque Agrícola Fluminense.** Rio de Janeiro: Tipografia Pacheco, Silva e Cia, 1898.

ESTADO do Rio de Janeiro. **Secretaria de Obras Públicas e Indústrias:** relatório da Diretoria. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1902.

Demais fontes bibliográficas

COMPANHIA Agrícola e Industrial Fluminense. **Os Municípios de Angra dos Reis, Parati, Mangaratiba e Itaguaí do Estado do Rio de Janeiro: notícia para o imigrante oferecida pela Companhia Agrícola e Industrial Fluminense – Capital 5.000:000\$000.** Rio de Janeiro: Tipografia J. Barbosa & Cia, 1890.

CUNHA, Augustinho [sic] Rodrigues. **Arte da Cultura e Preparação do Café.** Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844.

DAFERT, F. W. *Die Landwirtschaft São Paolos, Landwirtschaftliche Jahrbücher: Zeitschrift für wissenschaftliche Landwirthschaft*, 1890, v. XIX, pp. 189-238.

DAFERT, F. W. **Erfahrungen über rationellen Kaffeebau.** Berlim: Paul Parey, 1896.

DAFERT, F. W. **Über die gegenwärtige Lage des Kaffeebaus in Brasilien.** Amsterdã: J. H. de Bussy, 1898.

DELLEN LAËRNE, K. F. van. **Brazilië en Java:** verslag over de koffiecultuur in Amerika, Azië en Afrika. 's Gravenhagen: Matinus Nijhoff, 1885.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Coleção de Leis, Leis Não Sancionadas, Decretos, Deliberações e Portarias do Governo do Estado do Rio de Janeiro:** 1895. Rio de Janeiro: Tipografia Jerônimo Silva & Cia., 1896.

NAVARRO, José Gregório de Moraes. **Discurso sobre o Melhoramento da Economia Rústica do Brasil pela Introdução do Arado, Reforma das Fornalhas e Conservação de Suas Matas etc.** Simão Tadeu Ferreira: Lisboa, 1799.

PROVÍNCIA do Rio de Janeiro. **Lei da Nova Organização do Trabalho Agrícola, Imigração e Auxílios à Lavoura.** Rio de Janeiro: J. Villeneuve & Cia, 1887.

PECKOLT, Teodoro. **História das Plantas Alimentares e do Gozo do Brasil.** Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1871-1878, 4 v.

REBOUÇAS, André. **Ao Itatiaia.** Rio de Janeiro. Lombaerts & Comp., 1878.

WILEMAN, J. P. **The Brazilian Year Book**. Rio de Janeiro: The Offices of the Brazilian Year Book, 1908.

O autor

Álvaro Mendes Ferreira

Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro

Recebido em 07/2025 • Aprovado em 08/2025 • Publicado em 09/2025